

Demonstrações Contábeis

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balço patrimonial.....	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio social	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Administradores da
Associação Obras Sociais Irmã Dulce
Salvador - BA

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Obras Sociais Irmã Dulce (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Entidade está em fase de análise e elaboração da composição do saldo da conta de fornecedores contabilizado no montante de R\$ 16.722 mil no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019. Não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente quanto à adequação desse saldo contábil em 31 de dezembro de 2019. Consequentemente, não pudemos concluir quanto à adequação do referido saldo contábil nem quanto à eventual necessidade de ajustes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 10 de junho de 2019, com uma opinião com ressalva sobre essas demonstrações contábeis relativa ao mesmo assunto comentado na seção intitulada “Base para opinião com ressalva”.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Salvador, XX de julho de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP 015.199/O-6

Henrique Piereck de Sá
Contador CRC PE 023398/O-3

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Balancete patrimonial 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	42.408	15.118
Contas a receber	5	14.186	29.323
Estoques	6	9.278	7.360
Convênios a receber	7	22.013	28.869
Outros ativos		2.267	1.902
		90.152	82.572
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	8	860	1.935
Outros ativos		294	63
Investimentos		4	4
Imobilizado	9	41.952	38.468
Intangível		63	63
		43.173	40.533
Total do ativo		133.325	123.105
Circulante			
Fornecedores		16.722	12.939
Empréstimos e financiamentos	10	255	8.589
Obrigações tributárias		2.340	1.556
Obrigações sociais e trabalhistas	11	22.102	22.428
Provisão para rescisões trabalhistas	12	14.125	13.404
Recursos de convênios em execução	7	26.047	20.291
Outras contas a pagar		58	357
		81.649	79.564
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	595	-
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	13	8.462	8.165

		9.057	8.165
Patrimônio social	14		
Fundo patrimonial		8.198	8.198
Doações e subvenções		19.705	19.705
Reserva de reavaliação		11.082	11.331
Superávits (déficits) acumulados		3.634	(3.858)
		42.619	35.376
Total do passivo e do patrimônio social		133.325	123.105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Receitas operacionais brutas			
Com restrição:			
Programa de saúde/convênio		1.629	3.643
Programa de saúde	15	130.883	120.855
Programa de assistência social	16	2.014	3.015
Rendimentos financeiros-saúde		-	37
Sem restrição:			
Sistema único de saúde – POA	17	168.027	156.613
Subvenções		18.000	-
Doações		16.313	7.461
Vendas de produtos e mercadorias		13.250	7.896
Rendimentos financeiros		177	144
Outros recursos recebidos		2.631	2.631
		352.924	302.295
Custos dos serviços prestados			
Saúde	18	(269.571)	(269.754)
Assistência social		(19.715)	(6.869)
		(289.286)	(276.623)
Resultado operacional bruto		63.638	25.672
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	19	(30.761)	(28.461)
Despesas gerais e administrativas	20	(16.440)	(1.303)
Materiais diversos		(10.129)	(8.332)
Depreciação		(1.434)	(1.132)
Outras receitas operacionais, líquidas		3.419	2.915

Superávit (déficit) antes do resultado financeiro	8.293	(10.641)
Despesas financeiras	(1.050)	(566)
Superávit (déficit) do exercício	7.243	(11.207)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Demonstração de Resultados Abrangente 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	2019	2018
Superávit (déficit) do exercício	7.243	(11.207)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	7.243	(11.207)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Demonstração das mutações do patrimônio social
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Patrimônio social				Total
	Fundo patrimonial I	Superávit (déficit) acumulado	Doações e subvenções para investimentos	Reserva de reavaliação	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	8.198	7.155	19.705	11.525	46.583
Realização da reserva de reavaliação	-	194	-	(194)	-
Déficit do exercício	-	(11.207)	-	-	(11.207)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	8.198	(3.858)	19.705	11.331	35.376
Realização da reserva de reavaliação	-	259	-	(259)	-
Superávit do exercício	-	7.243	-	-	7.243
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.198	3.634	19.705	11.082	42.619

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	2019	2018
Atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	7.243	(11.207)
Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício ao caixa:		
Depreciação	5.424	3.914
Provisões para rescisões trabalhistas	720	1.415
Valor residual do ativo imobilizado baixado	17	824
Reversão de provisão para perda nos estoques	99	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	929	8.771
(Reversão)constituição da provisão para perdas em processos judiciais	297	(4.408)
	14.729	(691)
(Aumento) redução de ativos		
Contas a receber	14.209	(11.656)
Estoques	(2.017)	(1.019)
Convênios a receber	6.856	6.676
Outros ativos	(596)	475
Depósitos judiciais	1.075	1.874
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	3.783	1.187
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.179	544
Recursos de convênios em execução	7.799	(12.371)
Outras contas a pagar	(358)	276
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	46.659	(14.705)
Atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(9.701)	(6.713)
Adições ao intangível	-	(12)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(9.701)	(6.725)

Atividades de financiamentos

Empréstimos líquido	(9.668)	8.368
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(9.668)	8.368
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	27.290	(13.062)

Caixa e equivalentes de caixa

No início do exercício	15.118	28.180
No final do exercício	42.408	15.118
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	27.290	(13.062)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Associação Obras Sociais Irmã Dulce (“Entidade”) é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública, que foi fundada e idealizada por Irmã Dulce Lopes Pontes, em 26 de maio de 1959 e instalada a 15 de agosto de 1959.

A Entidade tem por fim: (i) desenvolver a assistência social, hospitalar e farmacêutica, ação educativa e caridade, podendo, para tanto, promover a obtenção de recursos no Setor Público e no Setor Privado; e (ii) propor aos poderes públicos a adoção de providências e edição de normas com o objetivo de ampliar e aperfeiçoar a assistência hospitalar, social e educacional dos doentes, idosos e crianças carentes.

Para desempenho de sua ação educativa, a Entidade poderá ampliá-la à área profissionalizante, inclusive organizando unidades para a produção e comercialização de bens ou serviços gerados por meio da educação pelo trabalho.

A Entidade presta atendimento completamente gratuito, e os seus recursos são oriundos eminentemente do Sistema Único de Saúde (SUS), das doações e dos convênios celebrados com o Poder Público nas esferas Federal, Estadual e Municipal, não existindo qualquer contraprestação compulsória por parte do paciente pelo serviço prestado. Conseqüentemente, todos os gastos e despesas incorridos pela Entidade estão relacionados com suas finalidades estatutárias.

A administração da Entidade autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis em **XX de julho de 2020**

Canonização da Fundadora- Santa Dulce dos Pobres

A causa da Canonização de Irmã Dulce foi iniciada em janeiro de 2000. Com o início do processo, seus restos mortais, que desde 1992 (ano de seu falecimento) estavam na Igreja da Conceição da Praia, foram então transferidos para a Capela do Convento Santo Antônio, na sede das Obras Sociais Irmã Dulce (OSID), também em Salvador. A validação jurídica do virtual milagre presente no processo foi emitida pela Santa Sé em junho de 2003. Já em abril de 2009, o Papa Bento XVI reconheceu as virtudes heroicas da Serva de Deus Dulce Lopes Pontes, autorizando oficialmente a concessão do título de Venerável à freira baiana. O título foi o reconhecimento de que Irmã Dulce viveu, em grau heroico, as virtudes cristãs da Fé, Esperança e Caridade.

O voto favorável e unânime da Congregação para a Causa dos Santos, que levou ao título de Venerável, havia sido concedido em 2008 e anunciado em janeiro de 2009 pelo colégio de cardeais, bispos e teólogos após a análise da Positio – documento canônico misto de relato biográfico e das virtudes e resumo dos testemunhos do processo.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Canonização da Fundadora- Santa Dulce dos Pobres--Continuação

Em 13 de maio de 2019, o Papa Francisco promulgou o decreto que reconhece o segundo milagre atribuído à intercessão de Irmã Dulce, cumprindo-se assim a última etapa do processo de Canonização da beata baiana. Em julho de 2019, durante reunião do Consistório, no Vaticano, o Santo Padre anuncia que Irmã Dulce será canonizada no dia 13 de outubro de 2019.

Oficialmente, ela passará a ser chamada de Santa Dulce dos Pobres, a primeira santa brasileira da nossa época terá como data litúrgica o dia 13 de agosto.

O processo de Canonização de Irmã Dulce é o terceiro mais rápido da história (27 anos após seu falecimento), atrás apenas da santificação do Papa João Paulo II (9 anos após sua morte) e de Madre Teresa de Calcutá (19 anos após o falecimento da religiosa). Finalizando o processo de canonização, em cerimônia realizada no Vaticano, no dia 13 de outubro de 2019, o Papa Francisco proclama a nova santa da Igreja Católica: Dulce dos Pobres. Para que a Entidade realizasse o Grande Evento da Canonização de sua Fundadora, que se ocorreu em 13 de outubro de 2019, a Entidade contou com o apoio decisivo do Governo do Estado da Bahia e da Prefeitura Municipal de Salvador, com o fornecimento de todo o apoio logístico e financeiro necessários para a ocorrência de um Evento que mobilizou milhares de pessoas. A Entidade agradece a todos que doaram: os Governos do Estado da Bahia e da Cidade do Salvador, a Arquidiocese da Bahia, A Arena Fonte Nova, as empresas que assinaram cotas de patrocínio, às diversas empresas dos mais diversos portes, às pessoas físicas, doadoras anônimas e as que pediram anonimato do Brasil e do exterior, doaram o que podiam ou um pouco do que não tinham, aos seus profissionais, voluntários e artistas

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis e afirma que todas as informações relevantes e próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Entidade.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis-- Continuação

2.2. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Entidade exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis da Entidade.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Entidade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- Notas 5 e 7: Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 9: Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- Nota 13: Provisão para riscos cíveis e trabalhistas.

No entendimento da Administração da Entidade, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

Os saldos sem restrições são recursos a serem utilizados na manutenção da Entidade e não possuem restrições para sua utilização.

Os saldos com restrições são recursos com restrição de movimentação, pois sua utilização está vinculada aos convênios e contratos mantidos com terceiros ou necessita de deliberação da Governança Corporativa para destinação.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.2. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes de contratos e convênios pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Entidade.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Entidade), os créditos a receber são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado ou contratado, ajustado pela provisão para perda se necessária.

3.3. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo de aquisição usando-se o método da média ponderada móvel e, em geral, compreendem os materiais de utilização na operação da Entidade (medicamentos, materiais hospitalares, materiais de consumo, e etc.).

3.4. Imobilizado

Mensuração

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, ou custo reavaliado, menos depreciação acumulada e a partir do exercício de 2008, líquido dos saldos de doações e subvenções aplicadas em imobilizado.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.4. Imobilizado--Continuação

Depreciação

Terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As taxas médias anuais de depreciação para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

- Edificações e benfeitorias: 1,79%;
- Máquinas e equipamentos: 4% a 33,3%;
- Equipamentos médicos: 6,7% a 33,3%;
- Aparelhos diversos: 5% a 33,3%;
- Móveis e utensílios: 5,26% a 14,29%;
- Veículos: 10% a 20%;
- Equipamentos de informática: 5,88% a 33,3%;
- Outros ativos: 12,5% a 4,17%.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Baixas

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Reavaliação

Em 31 de agosto de 2005, a Entidade procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado. A reserva de reavaliação está sendo realizada a crédito do superávit acumulado, com base nas depreciações e/ou baixa dos respectivos bens reavaliados.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.4. Imobilizado--Continuação

Bem reversível - imóvel

Em setembro de 2013, a Entidade recebeu do Governo do Estado da Bahia, por meio da Secretaria da Administração sob Contrato de Concessão de Uso nº 0001/2013, não oneroso, pelo prazo de 20 anos do bem imóvel do antigo Campo do SESI, no montante de R\$ 2.267, para a construção de um centro oncológico (radioterapia) destinado ao atendimento integral de pacientes do SUS, podendo o Estado da Bahia no final do contrato realizar a transferência dominial de maneira gratuita.

Em fevereiro de 2019, A Entidade (permissionária) firmou com o Município de Salvador (permitente), o Termo de Permissão de Uso, no qual a permitente outorga em caráter precário, discricionário e unilateral a utilização de forma especial de parte da área do Abrigo Dom Pedro II pelo prazo de 10 anos, podendo ser renovado a critério do permitente. A permissionária fica obrigado a manter e conservar as edificações arroladas no Termo, bem como os jardins. O termo não gera direito a indenização pelo permitente. Findo o prazo de vigência do Termo sem renovação ou prorrogação, extingue-se a permissão coma devolução imediata do imóvel ao permitente.

3.5. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

3.6. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.6. Fornecedores e outras contas a pagar--Continuação

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.7. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.8. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de créditos a receber e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 360 dias. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais, futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Entidade para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são as habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis. As aplicações financeiras, representadas por aplicações em Caderneta de Poupança e Fundos de Curto Prazo e classificadas como empréstimos e recebíveis, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto à respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado.

3.9. Apuração do superávit (déficit)

O superávit (déficit) das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.9. Apuração do superávit (déficit)--Continuação

Receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Entidade e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento é recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

Receitas do segmento de saúde

São receitas oriundas da contratação dos leitos pertencentes ao Hospital Santo Antônio e postos à disposição dos gestores Estadual e Municipal, por meio do Sistema Único de Saúde, pelo instrumento de contratualização de hospitais privados filantrópicos, pagos por dotação orçamentária do Ministério da Saúde. São reconhecidas no resultado pelo seu valor justo mensurado mensalmente por meio do cumprimento das metas quantitativas e qualitativas contratadas e pelo valor fixado no Contrato de Metas.

Receitas de convênios

São alocadas as receitas auferidas com convênios, subvenções e auxílios financeiros realizados com entidades de direito privado e público. À medida que a Entidade incorre em custos e aplica em investimentos (aquisição de imobilizado, reformas etc.), os valores são apropriados à receita de convênios. Após a divulgação do CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, revisado pelo CPC 07(R1), em 05/11/2010. A Entidade, por analogia, passou a constituir provisão para retificação de seu ativo imobilizado no montante dos recursos recebidos dessas doações e subvenções. Também considera as receitas oriundas dos contratos firmados com a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, para gestão de hospitais públicos do Estado. São reconhecidas pelo seu valor justo, apurado de acordo com os valores fixados em contrato e cumprimentos das metas estabelecidas apuradas na prestação de contas mensal.

Receitas de doações

São alocadas as receitas com doações em espécie, as quais são registradas quando do efetivo recebimento.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.9. Apuração do superávit (déficit)--Continuação

Receitas de venda de produtos e mercadorias

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Entidade não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados em favor da Entidade e aplicados integralmente para a consecução de seus objetivos sociais.

Receitas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

Despesas

As despesas são registradas no resultado quando incorridas obedecendo ao regime de competência. As despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de despesas financeiras.

3.10. Tributação

A Entidade é imune do Imposto de Renda e da Contribuição Social por ser uma entidade de assistência social sem fins econômicos ou lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída e põe à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado (Lei nº 9.532/97, artigo 12).

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, artigo 15 § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, artigo 10).

As entidades consideradas isentas pela finalidade ou objeto deverão atender aos seguintes requisitos (Lei nº 9.532/97, artigo 12 § 2º Lei nº 9.718/98, artigo 10 § 3º e 18, IV) Decreto 9.580/2018, artigos 181 e 184:

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.10. Tributação--Continuação

- Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associações, fundações ou organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva e desde que cumpridos os requisitos previstos nos arts. 3º da Lei no 9.790, de 23 de março de 1999, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015);
- Aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos sociais;
- Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- Apresentar, anualmente, declaração de informações (SPED) Sistema Público de Escrituração Digital, em conformidade com o disposto em ato da Receita Federal do Brasil;
- Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;
- Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público;
- Outros requisitos relacionados com o funcionamento dessas entidades, determinados em lei específica.

Com a mudança do formato de concessão de imunidade tributária municipal, em Salvador, promovida pela atual gestão do município, a Entidade necessitou pedir novo reconhecimento de imunidade tributária municipal, por meio do processo nº 87.646/2013, tendo seu pleito deferido publicado no Diário Oficial do Município de Salvador, em 19 de março de 2014, para o IPTU, não incidência de Taxa de Coleta, Remoção de Resíduos Sólidos Domiciliares-TRSD e ISS.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.11. Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. A Entidade possui os seguintes principais ativos financeiros:

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Entidade gerencia esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Entidade possui os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa (Nota 4);

Mensurados pelo custo amortizado

A Entidade mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os principais ativos financeiros que a Entidade possui e mantém classificados nesta categoria são caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), as contas a receber (Nota 5) e os convênios a receber (Nota 7).

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.11. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O CPC 48 exige que a Entidade reconheça uma provisão para perdas de crédito esperadas para o futuro para todos os instrumentos de dívida que não sejam mantidos pelo valor justo por meio do resultado e ativos de contrato. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos. Além disso, a Entidade avalia mensalmente essas variações do risco de crédito dos ativos financeiros e, caso não haja aumento significativo do risco de crédito, deverá ser reconhecida a perda de crédito para o saldo, em aberto, para os próximos 12 meses. Caso for identificado que houve aumento significativo do risco de crédito a perda é reconhecida tomando por base o montante total, em aberto, para o período total da vida do instrumento financeiro.

ii) Passivos financeiros

Mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Entidade compreendem:

- Fornecedores;
- Empréstimos e financiamentos (Nota 10);

12. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBCT 3.8 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2)) emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Entidade apresenta os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como parte das atividades de financiamento.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A Entidade aplicou pela primeira vez o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. Esta norma aplicou pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações contábeis da Entidade.

14. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2019 e não foram adotadas antecipadamente pela Entidade

Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, vigente a partir de 1º de janeiro de 2020, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações.

Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Entidade não será afetada por essas alterações na data de transição.

Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, vigente a partir de 1º de janeiro de 2020, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.”

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

14. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2019 e não foram adotadas antecipadamente pela Entidade--
Continuação

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Entidade.

IFRS 17 - Contratos de Seguros

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em 18 de maio de 2017, o IFRS 17, que substituirá o IFRS 4 a partir de 1º de janeiro de 2021, com possibilidade de mudança dado que o IASB continua discutindo a data de vigência. O IFRS 17 é uma norma voltada para contratos de seguros e objetiva a melhora da comparabilidade das informações prestadas pelas empresas, uma vez que atualmente existem abordagens diferentes em relação à contabilização e divulgação dos contratos de seguros pelas empresas.

Essa norma tem implicações em outras indústrias além da de seguradoras. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitirá norma equivalente no Brasil.

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Entidade.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Rendimento	2019	2018
Recursos sem restrição:			
Caixa e conta corrente		919	413
Aplicações financeiras	5.00% CDI a 9.8% a.a.	14.715	304
		15.634	717
Recursos com restrição:			
Caixa e conta corrente		239	46
Fundos de curto prazo	5.00%CDI a 13.54% a.a.	25.447	12.285
Poupanças	TR+6.00 a.a.%	1.088	2.070
		26.774	14.401
		42.408	15.118

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Os rendimentos das aplicações são reconhecidos no resultado, quando incorridos, e suas taxas equivalem às de mercado para esse tipo de aplicação.

5. Contas a receber

Descrição	2019	2018
Plano operativo anual (a)	13.153	23.235
Sistema Único de Saúde – Alta Complexidade. –SUS	-	4.825
Cientes por vendas de produtos	2.887	3.141
Cientes loias	734	-
Outras contas a receber	219	-
	16.993	31.201
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(2.807)	(1.878)
	14.186	29.323

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Contas a receber--Continuação

(a) Plano operativo anual

Em função do município de Salvador ter alcançado a gestão plena da saúde, em março de 2006, a SMS-Secretaria Municipal de Saúde de Salvador assumiu a gestão do contrato, por meio do Termo de Convênio 018/2007, cujo objetivo é prestar serviços assistenciais, de ensino, pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da integração do hospital à rede regionalizada e hierarquizada do Sistema, sob a forma de Plano Operativo Anual. Em 2011, o Ministério da Saúde por meio da Portaria SAS/MS nº 741, transferiu a Entidade para a gestão estadual, por meio do contrato 111/2011. As Portarias SAS/MS nº297 de março de 2013, nº 176 de março de 2014 e nº 322 de abril de 2015, prorrogaram sucessivamente a permanência da Entidade na gestão estadual, vigente até a data do balanço.

Para os exercícios 2015-2016, a permanência na gestão do Estado da Bahia foi aprovada pela Resolução CIB 067/2015 de maio de 2015. O Plano Operativo é regido pelo Contrato 06/2012, com o 7º Termo Aditivo que vigeu até maio de 2015. A Entidade continuou prestando serviços ao Gestor Local do SUS até 31 de dezembro de 2016, sem cobertura contratual. Em 13 de março de 2017, foi assinado o Contrato 014/2016, com prazo de vigência de 180 dias. A Entidade continuou ao longo do exercício prestando serviços ao Sistema Único de Saúde, sem solução de continuidade nas avaliações mensais de desempenho e cumprimentos de metas pactuadas no referido Contrato 014/2016, como também, recebendo as remunerações pelos serviços prestados. A Entidade, por intermédio da carta CE SUP 73/2017, em 31 de outubro de 2017, solicitou a adoção de providências do Gestor do SUS, visando à celebração do novo Contrato, com a finalidade de se manter integrada à rede SUS do Estado da Bahia. A Entidade permaneceu sem contrato entre outubro de 2017 e dezembro de 2018, no entanto, continuou prestando serviços regularmente ao Gestor do SUS, a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia. Em 18 de março de 2019 a Entidade assinou o Contrato nº 14/2019, com a SESAB, com vigência até 17 de março de 2020 (ver nota 24).

Por meio desse instrumento a Entidade se compromete a dedicar 100% de seus leitos ativos ao SUS, disponibilizando-os para a Central de Regulação, executando serviços de atendimento hospitalar, ambulatorial e serviços de apoio diagnóstico e terapêutico, realizar procedimentos alta e média complexidade, com metas físicas pré-estabelecidas em contrato, cujas principais estão discriminadas abaixo. As metas qualitativas são avaliadas trimestralmente com acompanhamento mensal, por sistema de pontuação, que avaliam humanização (11,0), manutenção e conservação (6,0), qualidade na assistência (30,0) gestão hospitalar (34,0)), formação e treinamento(5,0), regulação (12,0) e boas práticas (2,0) metas financeiras que deverão ser cumpridas em pelo menos 95%, o conjunto dos critérios do cumprimento das metas físicas e de avaliação de desempenho condiciona o pagamento do valor integral da parte física e variável do orçamento financeiro do contrato. A Entidade oferta 100% de seus leitos e de sua capacidade instalada para atendimento ambulatorial ao Sistema Único de Saúde.

5. Contas a receber--Continuação

As metas previstas conforme contrato de gestão, são apresentadas a seguir:

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

▪ Internação em média complexidade;

Áreas de internação	Nº de leitos	AIH anuais
Clínica cirúrgica	124	7.080
Clínica médica	433	5.700
Clínica médica (leitos de retaguarda)	39	1.212
Clínica pediátrica	92	4.152
Psiquiatria	33	468
Crônicos	242	3.120
	924	21.732

▪ Internação de alto custo em média complexidade;

Especialidade	Nº de leitos	Diárias anuais
UTI pediátrica	10	2.964
UTI adulto	10	2.964
	20	5.928

▪ Internação de média complexidade - leitos de retaguarda;

Especialidade	Nº de leitos	Diárias anuais
Leitos novos	22	
Leitos qualificados	17	
	39	11.928

▪ Atendimento hospitalar de alta complexidade – pós-fixado;

	AIH anuais
Atendimento de alta complexidade-pós fixado	2.268
	2.268

▪ Procedimentos de alto custo de internação em alta complexidade;

Especialidade	Diárias anuais
---------------	----------------

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

UTI pediátrica	2.964
UTI adulto	2.964
	<hr/> 5.928 <hr/>

▪ **Atendimento ambulatorial de média complexidade (MAC) – pré-fixado;**

Especialidade	AIH anuais
Diversas	1.559.400
	<hr/> 1.559.400 <hr/>

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Contas a receber--Continuação

▪ Atendimento ambulatorial FAEC de média complexidade – pós-fixado

Especialidade	Diárias anuais
Diversas	11.928
	11.928

A Entidade obedecendo a sua vocação e as suas diretrizes estatutárias, em junho de 2013, assumiu a gestão de um centro de convivência para prestar cuidados assistenciais de saúde e sociais à população em risco social, localizada na região do Centro Histórico de Salvador, o “Centro de Convivência Irmã Dulce dos Pobres” - CCIDP, com recursos incluídos no POA no Termo Aditivo 05/2013, ao Contrato 06/2012, no valor mensal de R\$ 168. Mantido no Contrato 014/2019

O Contrato 014/2019 estabelece o teto financeiro da parte pré-fixada no valor mensal de R\$ 10.486, com o teto do orçamento financeiro pós-fixado no valor mensal de R\$ 3.546. A parcela referente ao mês de novembro de 2019, em aberto na data-base de 31 de dezembro de 2019, foi recebida no início do exercício de 2020.

Por meio do Contrato 014/2019 repassou o incentivo da Portaria 4.047 de 18/12/2018 o valor de R\$ 9.300 em três parcelas de R\$ 3.100. R\$ 6.200 foram apropriados ao resultado. Entidade constituiu reserva no valor de R\$ 3.100 para aquisição de um aparelho de ressonância magnética. (Nota 7).

A abertura do saldo das contas a receber pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	2019	2018
A vencer	14.244	
Vencidos em até 30 dias	3	
Vencidos de 31 a 120 dias	22	
Vencidos de 121 a 180 dias	219	
Vencidos de 181 a 360 dias	221	
Acima de 361 dias	2.284	
	16.993	31.201

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Contas a receber--Continuação

Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

	<u>R\$</u>
Fm 31 de dezembro de 2018	(1.898)
Constituição de provisão	<u>(929)</u>
Fm 31 de dezembro de 2019	<u>(2.807)</u>

A Entidade constituiu provisão para devedores duvidosos, que julga suficiente para fazer face às expectativas de perda, e cujo saldo em 31 de dezembro de 2019, refere-se a créditos vencidos há mais de 90 dias da data do balanço.

6. Estoques

Os estoques correspondem a medicamentos, material hospitalar e material de suprimento, cuja valorização é feita com base no custo médio de aquisição, não superando o valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

<u>Descrição</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Drogas e medicamentos	2.411	2.184
Material hospitalar	2.212	2.695
Material de uso e consumo	1.815	1.479
Estoques para revenda – CESA	588	615
Material laboratório	997	287
Estoques Loias	1.110	38
Outros estoques	188	204
(-) Provisão para perda por obsolescência	<u>(43)</u>	<u>(142)</u>
	<u>9.278</u>	<u>7.360</u>

7. Convênios a receber e recursos de convênio em execução

Ativo

<u>Descrição</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Secretaria de Saúde do Estado da Bahia – SESAB (a)	38.119	43.042
Contratos OS/SESAB - HO (c) (i)	-	1.933
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(16.106)</u>	<u>(16.106)</u>
	<u>22.013</u>	<u>28.869</u>

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Convênios a receber e recursos de convênio em execução--Continuação

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa referente aos convênios a receber no circulante está demonstrada a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldos em 01 de janeiro	(16.106)	(143)
Adições e baixas	-	(15.963)
Saldos em 31 de dezembro	<u>(16.106)</u>	<u>(16.106)</u>

A Entidade optou por constituir provisão para devedores duvidosos sobre os saldos contabilizados no ativo não circulante, pois entende que há razoável incerteza de receber seus créditos junto à Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB, pela gestão das Unidades de Saúde por ela administradas sob a forma de OS (Organização Social), pois, não tem obtido da SESAB data estimada para a liquidação dos créditos em aberto até a data do Balanço.

(a) Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante		
Hospital do Oeste (i)	18.072	18.516
Hospital Regional Mário Dr. Sobrinho Hospital (ii)	4.326	8.112
Hospital Eurídice Santana (iii)	693	1.387
	<u>23.091</u>	<u>28.015</u>
Não circulante		
Hospital do Oeste (i)	-	-
Hospital Regional Mário Dr. Sobrinho Hospital (ii)	6.263	6.263
Hospital Eurídice Santana (iii)	436	436
Hospital São Jorge (iv)	8.329	8.328
	<u>15.028</u>	<u>15.027</u>
	<u>38.119</u>	<u>43.042</u>

- (i) **Hospital do Oeste (HO):** refere-se a convênio com a SESAB para execução de ações e serviços de saúde que assegurem assistência universal e gratuita à população no Hospital do Oeste, em Barreiras, Bahia, por meio do contrato nº 002/2013, assinado em janeiro de 2013, por um período de dois anos, com valor mensal de R\$ 4.317. Em agosto de 2014 foi editada a Apostila 090/2014, corrigindo o valor do contrato para R\$ 4.558. A partir de abril de 2015 o valor mensal passou a ser R\$ 4.942. A partir de abril de 2015, a Entidade permaneceu na administração da unidade hospitalar sem cobertura contratual, sob indenização. Em setembro de 2015, foi lançado o Edital de Seleção Pública nº010/2016, para a contratação de operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital do Oeste, por um período de 24 meses, tendo a Entidade se sagrado vencedora. Foi assinado em 1º de fevereiro, contrato nº 011/2017, com valor mensal de R\$ 5.340. Em setembro de 2019 foi assinado o Termo Aditivo 114/2019, reajustando o Contrato para R\$ 7.605 mensais, com termo final em 31 de janeiro de 2020;

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Convênios a receber e recursos de convênio em execução--Continuação

(a) Secretaria de Saúde do Estado da Bahia – SESAB--Continuação

- (ii) **Hospital Regional Mário Dourado Sobrinho (HRMDS):** contrato nº 046/2012 para a gestão, organização e execução de ações de serviços de saúde do hospital no município de Irecê, Bahia, no valor mensal de R\$ 3.216, a partir de outubro de 2012. Em 2013, a Entidade sagrou-se vencedora do procedimento licitatório, assumindo a gestão da unidade hospitalar, por meio do Contrato nº 084/2013, pelo período de 24 meses. Em novembro de 2015 foram publicadas as Apostilas 091 e 092 ao referido contrato, aplicando correções retroativas a dezembro de 2014 e de janeiro a março de 2015. O valor mensal passou a ser R\$ 4.056 (2015 R\$ 4.056). O Termo Aditivo nº 187/2015, prorroga o contrato até 30 de novembro de 2016. O Termo Aditivo nº 163/2016 prorroga a vigência com termo final em 28 de novembro de 2017. Em 28 de novembro de 2017, foi assinado o Termo Aditivo nº 200/2017, prorrogando o Contrato nº 084/2013, até 28/05/2018. Em 06 de junho de 2018 foi publicado o Termo Aditivo nº 068/2018, prorrogando os termos do Contrato 084/2018 até 28 de novembro de 2018. O Termo Aditivo nº 141/2018 prorroga a vigência do Contrato por 12 meses, a partir de 29 de novembro de 2018, esse Contrato teve seu termo final em 29 de novembro de 2019 (Nota 24);
- (iii) **Hospital Eurídice Santana (HES):** contrato de gestão nº 016/2014, assinado em 1º de março de 2014 para a administração do hospital no município de Santa Rita de Cássia, Bahia, por um período de 2 (dois) anos. A Apostila 090/2015, de novembro de 2015, concedeu reajuste ao contrato, retroativo a fevereiro de 2015, cujo valor mensal é de R\$ 693 (2016 R\$ 693). Em Junho de 2017, foi publicada a Resolução Ad Referendum nº 05/2017, aprovando prorrogação do Contrato 016/2014, 2º termo aditivo, por 12 meses. O Termo Aditivo 011/2018 prorroga a vigência do Contrato de 01 de março de 2018 até 28 de fevereiro de 2019, esse contrato teve seu termo final em 29 de fevereiro de 2020. (Nota 24);
- (iv) **Hospital São Jorge (HSJ), UPA Roma:** contrato de prestação de serviços de gestão com valor mensal de R\$ 2.381 (2015 R\$ 1.998), com vigência até junho de 2015, conforme Termo aditivo nº 122/2014. A gestão é executada sob pagamento por indenização, até a SESAB licitar o contrato. A partir de julho de 2016, a UPA, foi fechada para o atendimento ao público, com a finalidade de concluir as reformas estruturais para a transformação no Hospital da Mulher, consumando-se o fim da gestão da Unidade de Saúde pela Entidade, em dezembro de 2016. A composição do saldo a receber em 2017 corresponde ao faturamento dos meses de setembro a novembro de 2016 no valor de R\$ 6.027, conforme parecer técnico emitido pela SESAB e com as respectivas notas fiscais protocoladas, bem como, das notas fiscais das diferenças de reajuste INPC retroativo a 09/06/2016 e 10/06/2015, no valor de R\$ 2.301. Em 31 de dezembro de 2018, a Administração, em face das respostas do credor quanto a possibilidade de liquidação do crédito, constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor integral do direito a receber no valor de R\$ 8.329.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Convênios a receber e recursos de convênio em execução--Continuação

(b) FNS - Fundo Nacional de Saúde - Ministério da Saúde

A Entidade recebe recursos de convênios do Ministério da Saúde, por meio do Fundo Nacional de Saúde, oriundos de emendas parlamentares, para aplicação em aquisição de equipamentos hospitalares e reforma de sua estrutura física, visando à ampliação de suas dependências e a humanização do atendimento dos pacientes da rede pública e conveniada ao Sistema Único de Saúde, SUS. Em atendimento as Instruções Normativas nº 1/97 e nº 3/2003 da Secretaria do Tesouro Nacional, a Entidade possui obrigatoriedade de prestar conta dos valores aplicados de acordo com as regras de licitação previstas na Lei nº 8.666/93 e da Lei 10.520/2002. A Entidade sofre auditoria periódica do Ministério da Saúde, para verificar a adequada aplicação dos recursos públicos, de acordo com as exigências de lei e do plano de trabalho aprovado.

Os saldos passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 referem-se aos gastos ainda não realizados pela Entidade, e ainda, a novos recursos recebidos por meio de convênios firmados com o Ministério da Saúde, destinados à reforma da estrutura física e aquisição de equipamentos hospitalares ou despesas de custeio.

(c) Contratos OS/SESAB

O Governo do Estado da Bahia criou o Programa Estadual de Organizações Sociais com o objetivo de fomentar a absorção da gestão de atividades ou serviços públicos por entidades sem fins lucrativos selecionados e qualificados como Organizações Sociais. Por meio de contrato de gestão, que é o instrumento que institui e disciplina parceria entre o Estado e as Organizações Sociais, pactua-se a gestão de determinados serviços públicos, buscando resultados de eficiência e eficácia com flexibilidade, por meio de metas pactuadas, sem descuidar dos princípios que regem a administração pública, principalmente a eficiência e a economicidade, atualmente regida pela Lei nº 8.647, em 22 de janeiro de 2004, e pelo Decreto nº 8.890.

Com a finalidade de ajustar o resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, ao cumprimento do que determina a legislação pertinente, a Entidade constituiu provisão para devolução dos repasses dos convênios, no montante dos resultados líquidos apurados em cada contrato de gestão.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Convênios a receber e recursos de convênio em execução--Continuação

(i) Hospital do Oeste (HO)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	74.581	65.217
Doações	6	-
Glosas	(425)	(1.701)
Resultado operacional bruto	74.162	63.516
Receitas/(despesas) operacionais		
Despesas com pessoal	(48.155)	(47.464)
Despesas gerais e administrativas	(7.353)	(8.229)
Materiais	(14.920)	(13.238)
Depreciação	(8)	(14)
Outras receitas	496	431
Superávit (déficit) antes das despesas financeiras	69.940	(4.998)
Despesas financeiras	(16)	(15)
Superávit (déficit) do exercício	4.206	(5.013)

(ii) Hospital Eurídice Santana

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	8.320	8.320
Rendimentos financeiros	-	7
Resultado operacional bruto	8.320	8.327
Receitas/(despesas) operacionais		
Despesas com pessoal	(5.580)	(5.812)
Despesas gerais e administrativas	(1.236)	(1.678)
Materiais	(957)	(1.345)
Depreciação	(1)	(2)
Superávit antes das (despesas) financeiras		(510)
Despesas financeiras	(3)	(1)
(Déficit)/Superávit do exercício	543	(511)

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Convênios a receber e recursos de convênio em execução--Continuação

(iii) Hospital Regional Doutor Mário Dourado Sobrinho

	2019	2018
Receitas operacionais brutas		
Com restrição:		
Programa de Saúde	48.943	49.019
Glosas	(537)	
Doação	1	
Rendimentos financeiros	-	30
Resultado operacional bruto	48.407	49.049
Receitas/(despesas) operacionais		
Despesas com pessoal	(34.601)	(34.788)
Despesas gerais e administrativas	(4.335)	(10.578)
Materiais	(10.030)	(8.937)
Depreciação	-	-
Superávit antes das (despesas) financeiras	559	(5.254)
Despesas financeiras	(16)	(10)
(Déficit)/Superávit do exercício	575	(5.264)

Passivo - Recursos de convênios em execução

Descrição	2019	2018
SESAB	3.100	-
FNS - Ministério da Saúde (b)	673	338
Sua Nota e Um Show	258	-
CMDCA – Prefeitura Municipal de Simões Filho	-	178
SEMPs	-	1
Contratos OS/SESAB - HO (c) (i)	2.274	-
Contratos OS/SESAB - HES (c) (ii)	8.869	8.326
Contratos OS/SESAB - HSJ (c) (iii)	1.687	1.687
Contratos OS/SESAB - HRDMDS (c) (iv)	9.186	9.761
	26.047	20.291

8. Depósitos judiciais

	2019	2018
Depósitos judiciais	643	450
Bloqueios judiciais	217	1.485
	860	1.935

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Depósitos judiciais--Continuação

A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim demonstrada:

	<u>Valor</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.809
Adições	2.593
Baixas	<u>(4.467)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.935
Adições	2.026
Baixas	<u>(3.101)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>860</u>

Os depósitos judiciais são constituídos por valores depositados em conta remunerada e vinculada em bancos oficiais, com o objetivo de garantir a viabilidade do conhecimento dos recursos nas ações que a Entidade figura como parte.

Visando recuperar valores depositados em garantia de processos judiciais, a Entidade constituiu escritório de advogados especializados em recuperação desses créditos não sacados em processos encerrados.

Os bloqueios judiciais são recursos bloqueados pelo juiz, em recursos em conta corrente ou aplicações financeiras, até o montante do valor da causa nas ações que a Entidade é ré, como garantia de futura execução judicial contra a Entidade, pela outra parte se vencedora na ação.

9. Imobilizado

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Edificações e benfeitorias	53.028	(13.723)	39.305	36.232
Máquinas e equipamentos	6.840	-(3.993)	2.847	2.737
Equipamentos médicos	31.340	(14.883)	16.457	15.427
Aparelhos diversos	1.466	(639)	827	832
Móveis e utensílios	3.606	(2.410)	1.196	1.233
Veículos	1.790	(1.178)	612	757
Equipamentos de informática	10.410	(6.932)	3.477	1.658
Outros ativos	233	-	233	148
Terrenos	2.777	-	2.777	2.777
Obras em andamento (a)	261	-	261	2.142
Recursos de doações e subvenções	(26.040)	-	(26.040)	(25.475)

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

85.710	(43.758)	41.952	38.468
--------	----------	--------	--------

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Imobilizado--Continuação

(a) Refere-se, principalmente, aos custos incorridos com a obras de ampliação de e requalificação de unidades do hospital, do novo refeitório e obras no Santuário da Santa Dulce do Pobres.

A Entidade mantém registrada reavaliação dos bens do ativo imobilizado, resultando em mais valia de R\$ 11.082 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 11.331), contabilizada a débito do ativo imobilizado em contrapartida da reserva de reavaliação no patrimônio líquido.

A movimentação do saldo no exercício é a seguinte:

	2018	Adições	Baixas	Transf.	2019
Imobilizado em serviço - Custo					
Edificações e benfeitorias	48.286	685	-	4.057	53.028
Máquinas e equipamentos	6.322	555	(37)	-	6.840
Fornamentos médicos	28.296	3.209	(164)	(1)	31.340
Aparelhos diversos	1.395	71	-	-	1.466
Móveis e utensílios	3.505	101	(2)	1	3.606
Veículos	1.790	-	-	-	1.790
Fornamentos de informática	7.872	2.607	(69)	-	10.410
Outros ativos	148	85	-	-	233
Terrenos	2.777	-	-	-	2.777
	100.391	7.313	(272)	4.057	111.489
Depreciação acumulada					
Edificações e benfeitorias	(12.054)	(1.555)	-	-	(13.609)
Máquinas e equipamentos	(3.585)	(450)	36	-	(3.999)
Fornamentos médicos	-	(2.181)	2	-	(15.048)
Aparelhos diversos	(563)	(80)	68	-	(574)
Móveis e utensílios	(2.272)	(152)	149	-	(2.275)
Veículos	(1.033)	(145)	-	-	(1.178)
Fornamentos de informática	(6.214)	(861)	-	-	(7.075)
	(38.590)	(5.424)	255	-	(43.758)
Subtotal	61.801	1.889	(17)	4.057	67.731
Obras em andamento	2.142	2.388	-	(4.269)	261
Valores provenientes de convênios	(25.475)	(2.043)	-	1.479	(26.040)
	38.468	2.212	(17)	1.267	41.952

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Empréstimos e financiamentos

	Encargos	2019	2018
Bradesco S.A. – CDC	11.35% a a	850	-
Bradesco S.A. - Conta Garantida	100% CDI + 0.3% a m	-	3.504
Santander S.A. – Conta Garantida	17.32% a a	-	5.085
		850	8.589
Circulante		(255)	(8.589)
Não circulante		595	-

11. Obrigações sociais e trabalhistas

	2019	2018
Salários a pagar	7.019	6.857
FGTS a pagar	1.251	1.225
Provisão de férias	12.790	12.597
FGTS s/ férias	1.042	1.008
INSS retido folha	-	741
	22.102	22.428

12. Provisão para rescisões trabalhistas

	2019	2018
Provisão para rescisões – HO (i)	8.176	7.731
Provisão para rescisões – HRMDS (ii)	4.803	4.527
Provisão para rescisões – HES (iii)	1.146	1.146
	14.125	13.404

A Entidade, com a finalidade de reconhecer os efeitos da Lei nº 8.647/2003 do Estado da Bahia a qual rege as atividades das Organizações Sociais no âmbito dos contratos com o Estado da Bahia, provisionou montante correspondente aos efeitos de rescisões trabalhistas de seus colaboradores lotados nos hospitais por ela administrados:

- (i) **Hospital do Oeste (HO)** – Em 1 de fevereiro de 2017 foi assinado o Contrato de Gestão nº 011/2017 com prazo de vigência até 31 de janeiro de 2019 (Nota 24)
- (ii) **Hospital Regional Doutor Mário Sobrinho (HRMDS)**, encerrou-se em 30 de novembro de 2015, teve seu prazo de vigência prorrogado em dezembro de 2016, por meio do Termo Aditivo nº 163/2016, até 30 de novembro de 2017. Em 28 de novembro de 2017, foi assinado o Termo Aditivo nº 200/2017, prorrogando o Contrato nº 084/2018, até 28/05/2018; em 06 de junho de 2018 foi publicado o Termo Aditivo nº 068/2018 prorrogando os termos do Contrato 084/2018 até 28 de novembro de 2018. O Termo Aditivo nº 141/2018 prorroga a vigência do Contrato por 12 meses, a partir de 29 de novembro de 2018, o referido contrato vigeu até 29 de novembro 2019 (Nota 24)

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Provisão para rescisões trabalhistas--Continuação

- (iii) **Hospital Eurídice Santana (HES)** - Contrato encerrado em 1º de março de 2016, tendo sido prorrogado por meio do Termo Aditivo nº028/2016, por um ano, com termo final em 28 de fevereiro de 2017. Em junho de 2017, foi publicada a Resolução Ad Referendum nº 05/2017, aprovando prorrogação do Contrato nº 016/2014, 2º termo aditivo, por 12 meses. O Termo Aditivo nº 011/2018 prorroga a vigência do Contrato de 01 de março de 2018 até 28 de fevereiro de 2019, o Termo Aditivo 023/2019 de fevereiro de 2019 prorrogou a vigência do referido Contrato até 29 de fevereiro de 2020 (Nota 24).

13. Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos cíveis e trabalhistas foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a processos trabalhistas e cíveis, com expectativa de perda provável, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos, como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Trabalhistas		
Plano Collor (a)	6.119	5.963
Outras	1.476	1.490
Subtotal	7.595	7.453
Cíveis (b)	867	712
	8.462	8.165

A movimentação dos saldos é apresentada a seguir:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	11.837	736	12.573
Adição	1.574	-	1.574
(-) Baixa	(5.958)	(24)	(5.982)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	7.453	712	8.165
Adição	142	155	297
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.595	867	8.462

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Provisão para riscos cíveis e trabalhistas--Continuação

a) Plano Collor

A Entidade é ré em ação judicial, nº 00591-1996-000-05-0-00 RT, movida pelo Sindicato dos Profissionais de Enfermagem, Técnicos, Duchistas e Massagistas de Salvador, em que 616 profissionais questionam a compensação de 84,32% que teria sido realizada indevidamente na correção salarial de 1º de janeiro de 1992. A Entidade entrou com Ação Rescisória, objetivando a suspensão da execução que se promovia do processo, logrando êxito em parte, reduzindo o valor da condenação no litígio principal nº 01116-1992-004-05-00-0 RT. Após essa decisão, o Sindicato interpôs Recurso Ordinário, o qual foi negado, Embargos de Declaração, seguimento negado, interpôs Recurso Extraordinário, negado provimento ao recurso, opôs Embargos de Declaração que tiveram seu provimento negado em todas as instâncias. Foi mantido o Acórdão que julgou procedente em parte a Ação Rescisória, requereu a Entidade a sustação de todos os atos de liquidação do processo principal e a remessa dos autos para a 5ª Turma Recursal para que fosse cumprida a coisa julgada se completasse o julgamento do Recurso Ordinário da parte contrária, impugnando o laudo pericial contábil apresentado na ação principal a decisão proferida na Ação Rescisória, teve, portanto, seu trânsito em julgado na qual a Entidade logrou êxito parcial reduziu transitoriamente o valor da condenação advinda do processo nº 01116-1992-004-05-00-0.

b) Cíveis

A Entidade é ré em algumas ações cíveis movidas por pacientes que pleiteiam indenizações por erros médicos e danos morais.

Adicionalmente, a Entidade possui outros processos de naturezas tributárias, trabalhistas e cíveis avaliados como perdas possíveis, para os quais não foram constituídas provisões, cujos saldos em 31 de dezembro de 2019 somam R\$ 4.364 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 3.327).

14. Patrimônio social

a) Fundo patrimonial

Composto pelo patrimônio de formação da Entidade, no montante de R\$ 8.198.

b) Doações e subvenções

Formado pelas doações de bens imóveis, veículos, equipamentos, ou pelos recursos doados especificamente para a aquisição de bens dessa natureza até 31 de dezembro de 2008, no montante de R\$ 19.705. A partir de 1º de janeiro de 2008, a Entidade passou a contabilizar esses valores em conta redutora do ativo originado pelas doações e subvenções, em analogia ao CPC 07 (R1) de 5 de novembro de 2010.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reserva de reavaliação

Em 31 de agosto de 2005, a Entidade procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado. Com o advento da Lei nº 11.638/07, a Entidade decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação em conformidade com as isenções permitidas pelo CPC 13, que está sendo apropriada ao superávit acumulado com base na depreciação e ou baixa dos bens reavaliados. Em 31 de dezembro de 2019 a Entidade possuía registrado na reserva de reavaliação o montante de R\$ 11.082 (2018 – R\$ 11.331).

15. Receitas operacionais com restrição – Programa de saúde

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
SESAB - Hospital do Oeste	74.157	63.516
SESAB – HRMDS	48.406	49.019
SESAB - Hospital Eurídice Santana	8.320	8.320
	<u>130.883</u>	<u>120.855</u>

16. Receitas e custos operacionais - Programa de Assistência Social

A Entidade atua na área de Assistência Social através do Centro de Acolhimento à Pessoa com Deficiência João Paulo II – CAPD, do Centro de Geriatria e Gerontologia Júlia Magalhães – CGGJM, Centro Educacional Santo Antônio - CESA e do Programa Jovem Aprendiz.

O Centro de Acolhimento à Pessoa com Deficiência João Paulo II – CAPD, presta acolhimento e proteção integral a 81 pessoas portadoras de deficiência, sem condições de auto sustentabilidade, em função da deficiência e da perda dos vínculos familiares e sociais, essas pessoas foram acolhidas pela Entidade. Os objetivos primordiais são: favorecer o desenvolvimento pessoal, o bem-estar, a inclusão social e a desinstitucionalização, através da efetiva aplicação das políticas públicas. A faixa etária dos usuários está entre 20 e 69 anos. Foram admitidos na Instituição até o ano de 2005, sendo, em sua maioria, acolhidos pela própria Fundadora, Irmã Dulce.

O Centro de Geriatria e Gerontologia Júlia Magalhães – CGGJM atende ao idoso em risco social e portador de síndrome de fragilidade, através da prestação de cuidados básicos, propiciando atividades de socialização, lazer e terapias ocupacionais, objetivando melhorar a sua interação e autonomia. São 71 idosos admitidos no abrigo, que foram encaminhados por órgãos públicos ou ingressaram através de demanda espontânea.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

16. Receitas e custos operacionais - Programa de Assistência Social-- Continuação

A Entidade desenvolve ações voltadas para o oferecimento de proteção social básica a 763 crianças e adolescentes matriculados no Centro Educacional Santo Antônio – CESA, Escola Pública de ensino fundamental que funciona nas dependências de sua filial localizada no município de Simões Filho, na Bahia. São cerca de 500 famílias atendidas, com diversos níveis de carência: econômica, afetiva e cultural, decorrentes das condições de privação, identificadas pelo Serviço Social da Entidade.

Com o objetivo de promover a afirmação e efetivação dos direitos fundamentais desses usuários, o Programa de Inclusão Social-PIS, Convênio com a Prefeitura Municipal de Simões Filho - BA, com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, complementados com doações e recursos oriundos da venda de produtos produzidos, através do Centro de Panificação mantido pela Entidade, com a finalidade de gerar recursos para fomentar projetos sociais para essas crianças e suas famílias.

Também com a canonização da Santa Dulce dos Pobres houve a necessidade de expandir a loja de suvenires, bem como, abrir um Café para atender o grande número de peregrinos e turistas que acorrem ao Santuário da Santa Dulce dos Pobres.

	2019	2018
Receita bruta-Centro Educacional Santo Antônio		
Venda de produtos	8.332	7.728
Venda de mercadorias	689-	590
Deduções e abatimentos	(483)	(540)
CPV/CMV	(6.081)	(5.399)
Receita líquida de vendas	2.457	2.380
Receitas de doações	735	1.251
Receitas de convênios	141	56
	3.333	3.687
Receitas/(despesas) operacionais		
Custos/despesas com pessoal	(2.372)	(2.269)
Despesas gerais e administrativas	(1.529)	(1.110)
Materiais	(668)	(573)
Depreciação	(152)	(152)
Outras receitas operacionais	192	249
Déficit antes das receitas (despesas) financeiras	(1.196)	(167)
Despesas financeiras	(436)	(130)
Receitas financeiras	8	3
Déficit do exercício	(1.624)	(306)

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

16. Receitas e custos operacionais - Programa de Assistência Social-- Continuação

	<u>2019</u>
Receita bruta-Loia/Café	
Venda de produtos	
Venda de mercadorias	4.796
Deduções e abatimentos	(78)
CMV	<u>(2.216)</u>
Receita líquida de vendas	2.502
Receitas de doações	<u>134</u>
	2.636
Receitas/(despesas) operacionais	
Custos/despesas com pessoal	(408)
Despesas gerais e administrativas	(327)
Depreciação	(25)
Outras receitas operacionais	<u>(6)</u>
Superávit antes das receitas (despesas) financeiras	1.870
Despesas financeiras	(37)
Receitas financeiras	<u>2</u>
Superávit do exercício	1.835

Com o objetivo de promover a afirmação e efetivação dos direitos fundamentais desses usuários, o Programa de Inclusão Social-PIS, Convênio com a Prefeitura Municipal de Simões Filho - BA, com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA, complementados com doações e recursos oriundos da venda de produtos produzidos, através do Centro de Panificação mantido pela Entidade.

Estas atividades de apoio à Assistência Social, foram reconhecidas no Resultado do Exercício na Rubrica Assistência Social.

Programa Dulce Aprendiz (Jovem Aprendiz)

O Programa Dulce Aprendiz foi registrado em 30 de novembro de 2015, sob o nº 43.117, pela portaria MTE 723/12, com cadastro no CNAP do curso Técnico em operações administrativas, aprovado pelo CMDCA – Salvador - BA, sob nº 036/92, conforme a lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

16. Receitas e custos operacionais - Programa de Assistência Social-- Continuação

A Entidade forma o aprendiz, ofertando um curso de formação de 1.280 horas teóricas e práticas. O Programa visa prioritariamente atender jovens e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social, entre 14 e 24 anos, com exceção dos portadores de deficiência para os quais não há limite de idade. Os jovens são selecionados após inscrição no programa, com aplicação de avaliação escrita e entrevista. Aqueles que forem selecionados serão treinados por meio de aulas teóricas e pela prática de trabalho nas dependências da Entidade. As empresas parceiras do Programa são responsáveis pelo pagamento de ajuda de custo de transporte e de uma bolsa que contempla um salário mínimo proporcional às horas trabalhadas. Há também a cobrança à empresa parceira de uma contribuição mensal por aprendiz/mês, variando entre R\$ 130,00 a 230,00 (cento e trinta a duzentos e trinta reais). Para participantes do programa há gratuidade integral, em 2019 foram 104 jovens. As taxas cobradas das empresas parceiras são aplicadas na manutenção do Programa Dulce Aprendiz.

Toda atividade de Assistência Social é prestada gratuitamente, sem a exigência de qualquer contraprestação, obedecidas as condições da legislação vigente, dos usuários moradores ou não moradores, sejam eles idosos ou pessoas com deficiência, crianças, adolescentes ou jovens, bem como, de qualquer pessoa que seja beneficiada por ações ou programas.

17. Receitas operacionais sem restrição – Sistema Único de Saúde - PO

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Plano Operativo	136.568	126.787
FAFC/Alta complexidade	31.459	29.826
	168.027	156.613

Desde setembro de 2004, a Entidade assinou contratos para a prestação de serviços de saúde, colocando à disposição do Gestor Público de Saúde, pela integração à rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Único de Saúde-SUS todos os seus leitos hospitalares, bem como integralmente a prestação de serviços ambulatoriais, contratualizados com a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia - SESAB. Os contratos estabelecem metas quantitativas, qualitativas e financeiras, remunerando-as com uma parte fixa que corresponde à produção de procedimentos de baixa e média complexidade, incentivo destinado aos hospitais-escola, incentivo à contratualização e a uma parte variável que abrange procedimentos de Alta Complexidade e ao FAEC (Fundo de Ações Estratégicas e Compensação), mas submetido a teto físico-financeiro.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Custo dos serviços prestados – Saúde

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Hospital Santo Antônio	(142.395)	(137.643)
SFSAB - Hospital do Oeste	(70.436)	(68.960)
SFSAB-Hospital Furúdice Santana	(7.774)	(8.837)
SFSAB – HMDS	(48.966)	(54.314)
	<u>(269.571)</u>	<u>(269.754)</u>

19. Despesas com pessoal

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários	(22.253)	(20.807)
Férias	(2.716)	(2.530)
FGTS	(2.379)	(2.168)
13º salário	(1.985)	(1.758)
Vale transporte	(380)	(334)
Desconto aviso prévio	(117)	(111)
Bolsa estágio	(144)	(119)
Seguro	(82)	(82)
Outras	(705)	(552)
	<u>(30.761)</u>	<u>(28.461)</u>

20. Despesas gerais e administrativas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Manutenção	(2.781)	(2.769)
Serviços de terceiros	(2.996)	(2.064)
Energia elétrica	(1.751)	(1.693)
Aluguéis	(1.325)	(1.161)
PFCI D	(928)	(1.290)
Provisão para contingências	(297)	(1.555)
Água	(1.021)	(683)
Doações efetuadas	(144)	(151)
Impressos	(73)	(111)
Telefone	(136)	(83)
Refeições	(67)	(81)
Manutenção de veículos	(36)	(11)
Seguros	(22)	(73)
Contribuições	(34)	(75)
Despesas com viagens	(188)	(35)
Treinamento	(113)	(63)
Outras	(353)	(193)
SFSAB – HRMDS (a)	575	5.264
SFSAB - Hospital Furúdice Santana (a)	(543)	511
SFSAB - Hospital do Oeste (a)	(4.207)	5.013
	<u>(16.440)</u>	<u>(1.303)</u>

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Correspondem à reclassificação das despesas ou receitas dos contratos de gestão para o ativo ou passivo circulante, até o limite dos seus respectivos déficits ou superávits do exercício.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

As atividades da Entidade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Entidade se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Entidade.

A gestão de risco é realizada pela alta Administração da Entidade, que identifica, avalia e protege a Entidade contra eventuais riscos financeiros.

Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade da Entidade vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2019, a Entidade não possuía exposição cambial significativa, não existindo nenhum instrumento de proteção cambial.

(ii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Empresa sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, sempre que possível, a Empresa efetua captação de recursos utilizando taxas prefixadas. Substancialmente, a Empresa está exposta à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e SELIC, que remunera suas aplicações financeiras e suas dívidas.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores aos quais a Empresa estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos três cenários diferentes com base em projeções divulgadas por instituições financeiras. Foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, a qual foi definida como cenário provável e, a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculado o “resultado financeiro” não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações financeiras e o fluxo de vencimentos ou resgates de cada operação.

A data-base utilizada foi 31 de dezembro de 2019, projetados por um ano e verificando a sensibilidade do CDI.

Em 31 de dezembro de 2019 a Entidade possuía um contato de CDC de empréstimos e financiamentos com taxa de juros pré-fixada em 11.35% a.a, com saldo devedor de 40 parcelas. (Nota 10).

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

(iii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a receber.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A Administração avalia a qualidade do crédito, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além da provisão já constituída.

(iv) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Entidade.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Entidade, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Menos de	Entre um e	Entre dois e
Saldos em 31 de dezembro de 2018			
Fornecedores	12.939	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019			
Fornecedores	16.722	-	-

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Seguros

Os bens, interesses e responsabilidades estão segurados por valores que a Administração considerou suficientes para cobertura de eventuais perdas, cujo montante segurado foi de R\$ 98.019 (2018 R\$ 191.511), incluindo bens de terceiros (Nota Explicativa nº 7).

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

23. Imunidade e isenção dos impostos e contribuições

A Entidade é imune a impostos e contribuições, nos termos da Constituição Federal, artigo 150, parágrafo VI item c, pelo fato de ser uma entidade sem fins econômicos ou lucrativos, e obteve renovação do CEBAS - Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos.

Em 09 de outubro de 2015, em cumprimento à Lei nº 12.101/2012, foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS para o Triênio 2016-2018, com o número SIPAR 25000.165523/2015-16, em tramitação. Com as alterações sofridas pela Lei 12.868/2013, o prazo para protocolar novo pedido de renovação do CEBAS passa a ser de até 360 dias do ano de vencimento, mesmo que o Certificado anterior não tenha sido concedido. Desse modo, no decorrer do exercício de 2015, a Entidade protocolou pedido de renovação para o triênio 2016-2018. Em 28 de junho de 2019, foi publicada no Diário Oficial da União-DOU, a Portaria SAES-MS nº 799 de 27 de junho de 2019, a qual deferiu a renovação do CEBAS para o triênio 2016-2018.

Em 28 de dezembro de 2018 a Entidade protocolou novo pedido de renovação do referido CEBAS para o triênio 2019-2021, Processo nº 25000.226874/2018-53. Caso não possuísse o referido Certificado, seria devido o montante aproximado de R\$ 37.384, no exercício de 2019 (2018 - R\$ 39.253), a título de contribuição previdenciária patronal.

Em 07 de novembro de 2018, a Entidade impetrou Mandado de Segurança contra a Delegacia da Receita Federal em Salvador e a Fazenda Nacional em litisconsórcio, cujo escopo foi obter tutela de urgência liminarmente ao reconhecimento de sua imunidade tributária relativa ao pagamento de tributos fixados nos artigos 22 e 23 (Tributos para o financiamento da Seguridade Social) da Lei nº 8.212/1991, exigindo-se o preenchimento tão somente dos requisitos previstos no artigo 14 do Código Tributário Nacional – CTN, sendo deferida a liminar em novembro de 2018.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Imunidade e isenção dos impostos e contribuições--Continuação

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
INSS Empresa	25.961	27.259
Terceiros	7.529	7.905
SAT	<u>3.894</u>	<u>4.089</u>
	<u>37.384</u>	<u>39.253</u>

A Entidade atua preponderantemente na área de saúde, de acordo com a Lei nº 12.101/2012 e suas alterações, desse modo, ofertou em conformidade a referido arcabouço legal, o Decreto 8.242/2014 e a Portaria MS nº 1.970 de 16 de agosto de 2011, no mínimo 60% de seus serviços ao SUS:

- (i) Comprovou o cumprimento das metas estabelecidas em convênio ou instrumento congênere celebrado junto ao gestor local do SUS;
- (ii) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, realizou o somatório das internações realizadas e o total de procedimentos ambulatoriais:

	Quantitativo de internações	Número de pacientes-dia	Quantitativo de atendimentos ambulatoriais
SUS	19.700	272.377	2.299.695
Não SUS	-	-	-
Total	<u>19.700</u>	<u>272.377</u>	<u>2.299.695</u>
Percentual de serviços ofertados ao SUS	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>

Em 5 de agosto de 2019, por meio do Ofício nº 1534/2019/SAES/MS, o DCEBAS em cumprimento da Lei 12.101/2009, abriu processo de supervisão da concessão do CEBAS triênio 2016-2018. Em 05 de fevereiro de 2020, através do Ofício 101/2020/DCEBAS/SAES/MS, encerrando o processo de supervisão do referido CEBAS, notificou a Entidade a abertura de processo de cancelamento do CEBAS concedido pela Portaria nº 799, triênio 01/01/2016 a 31/12/2018, sob a alegação de descumprimento do requisito de apresentação de contrato, convênio ou instrumento congênere com o gestor do SUS do período de 01/01/2018 a 31/12/2018, abriu-se prazo 30 dias a contar da data do recebimento da notificação. Entidade apresentou tempestivamente defesa, alegando que firmou Termo de Compromisso com o gestor do SUS, uma vez que nesse período da prestação do serviço ao SUS não teve cobertura contratual, mas, não houve interrupção da prestação integral ao SUS. Até a data não houve manifestação do DCEBAS/SAES/MS.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas das demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios: (i) que podem obter receitas e incorrer em despesas; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e (iii) para os quais haja informação financeira individualizada disponível.

A Entidade definiu dois segmentos operacionais, que são gerenciados separadamente, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pela Administração da Entidade. As políticas contábeis desses segmentos operacionais são as mesmas descritas nas notas explicativas das respectivas rubricas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

	Saúde		Assistência Social		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Receitas operacionais brutas						
Com restrição:						
Programa de saúde/convênio	1.629	3.643	-	-	1.629	3.643
Programa de saúde	130.883	120.855	-	-	130.883	120.855
Programa de assistência social	-	-	2.014	3.015	2.014	3.015
Rendimentos financeiros	-	37	-	-	-	37
Sem restrição:						
Sistema único de saúde - POA	168.027	156.613	-	-	168.027	156.613
Subvenções	18.000	-	-	-	18.000	-
Doações	2.848	7.461	13.465	-	16.313	7.461
Vendas de produtos e mercadorias	-	-	13.250	7.896	13.250	7.896
Rendimentos financeiros (ver se cesa tem receita)	167	141	10	3	177	144
Outros recursos recebidos	2.631	2.631	-	-	2.631	2.631
	324.185	291.381	28.739	10.914	352.924	302.295
Custos dos serviços prestados e produtos vendidos						
Saúde/Assistência social						
Com pessoal	(112.565)	(116.006)	(6.102)	(527)	(118.667)	(116.533)

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

Serviços médicos	(66.554)	(64.195)	(230)	-	(66.784)	(64.195)
Gerais e administrativas	(24.285)	(29.869)	(2.943)	(475)	(27.228)	(30.344)
Material médico hospitalar	(55.793)	(49.484)	(770)	(221)	(56.563)	(49.705)
Materiais diversos	(8.320)	(7.704)	(1.058)	(223)	(9.378)	(7.927)
Depreciação	(2.054)	(2.495)	(264)	(25)	(2.318)	(2.520)
CPV/CMV	-	-	(8.348)	(5.399)	(8.348)	(5.399)
	(269.571)	(269.753)	(19.715)	(6.870)	(289.286)	(276.623)
Resultado operacional bruto	54.614	21.628	9.024	4.044	63.638	25.672
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas com pessoal	(28.665)	(35.500)	(2.096)	(904)	(30.761)	(36.404)
Despesas gerais e administrativas	(10.288)	(1.271)	(752)	(32)	(11.040)	(1.303)
PECLD	(928)	(1.290)	-	-	(928)	(1.290)
Provisão para contingências	(297)	(1.555)	-	-	(297)	(1.555)
Sesab-Contratos de Gestão	(4.175)	10.788	-	-	(4.175)	10.788
Materiais diversos	(9.439)	(8.126)	(690)	(207)	(10.129)	(8.333)
Depreciação	(1.336)	(1.103)	(98)	(28)	(1.434)	(1.131)
Outras receitas	3.232	1.969	187	946	3.419	2.915
Superávit (déficit) antes das receitas (despesas) financeiras	2.719	(14.459)	5.574	3.818	7.243	(10.641)

25. Eventos subsequentes

Renovação Contrato Gestão do Hospital do Oeste – HO

Em janeiro de 2020 foi assinado o Termo Aditivo nº 021/2020 ao Contrato Gestão do Hospital do Oeste – HO nº 011/2017, prorrogando a vigência do referido contrato com termo inicial em 01/02/2020 até 31/01/2022, com valor de custeio mensal de R\$ 7.605. Em fevereiro de 2020, foi assinado o Termo Aditivo nº033/2020 ao referido contrato, para revisão de metas em virtude da ampliação do número de leitos de enfermaria, com termos inicial em 01/04/2020 e final em 31/01/2022, com reajuste do valor contratado, de RS 7.605 para R\$ 8.866 mensal.

Renovação Contrato Gestão do Hospital Eurídice Santana

Em 28 de fevereiro de 2019, foi assinado o termo aditivo nº 023/2019, ao Contrato nº 016/2014, para operacionalização da gestão e execução das ações e serviços de saúde do Hospital

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

Eurídice Santana, pelo período de 12 meses, de 01 de março de 2019 a 28 de fevereiro de 2020. A Entidade permanece na gestão da unidade hospitalar, sob a forma de prestação de serviço por indenização até que o Estado da Bahia publique e conclua novo processo de Seleção Pública.

Contratos de Prestação de Serviço

Em 18 de março de 2019, foi assinado o Contrato nº 014/2019 para a prestação de serviços assistenciais de média e alta complexidade na atenção ambulatorial e hospitalar no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS, pela integração da Entidade à rede regionalizada e hierarquizada do Sistema, sob a forma de Plano Operativo (PO), valor estimado R\$ 177.697, com vigência de 12 meses sob regime de empreitada por valor global. O referido contrato encerrou sua vigência em 18/03/2020

Em 31 de janeiro, foi assinado o Contrato de Gestão nº 005/2020 para operacionalização da gestão e execução das ações e serviços de saúde no Hospital Regional Dr. Mário Dourado Sobrinho pelo período de 60 meses, com valor estimado mensal de R\$ 4.733.

Em 14 de fevereiro de 2020, foi publicada no Diário Oficial da União-DOU a Portaria SAES/DCEBAS/MS nº10, de 10 de fevereiro de 2020, a qual defere a renovação do CEBAS da Entidade para o triênio 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021.

Associação Obras Sociais Irmã Dulce

Notas explicativas da às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

25. Eventos subsequentes--Continuação

COVID – 19

Em maio de 2020, a Entidade assinou o Contrato de Gestão nº 300/2020, com o Município de Salvador, dentro do espectro das medidas de enfrentamento da pandemia da Covid-19, para atuar na gestão, planejamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital Família Sagrada, pelo prazo de vigência de 180 dias prorrogáveis, enquanto durar a necessidade de enfrentamento dos efeitos de emergência de saúde pública, com valor estimado de R\$ 22.276.

Os efeitos da epidemia da Covid-19 se disseminaram com velocidade partir de final do exercício de 2019, espalhando em escala global nos meses iniciais de 2020, adquirindo status de pandemia. Chegou ao Brasil e a Bahia em meados do mês de março, trouxe consigo a paralização dos setores produtivos em função da exigência de isolamento social para a contenção da doença e para a proteção contra um possível colapso do sistema de saúde. A Entidade atuou rapidamente em obediência às autoridades de saúde de acordo com os protocolos por eles preconizados, fechou seu ambulatório, suspendeu cirurgias eletivas, reduziu o número de leitos ocupados, nessa esteira, fechou também suas Lojas comerciais. Adicionalmente adotou medidas de proteção para seus profissionais com adoção de rodízio e “home office”, posteriormente, com a edição de diplomas legais, especialmente a MP 9277/2020, suspendeu contratos de trabalho e aderiu ao parcelamento do FGTS.

Os efeitos econômicos já observados foram a redução a zero do faturamento das atividades comerciais, bem como, o aumento expressivo dos preços dos insumos hospitalares, especialmente os EPI e medicamentos acompanhado da escassez desses insumos no mercado. Com as medidas restritivas no âmbito da produção hospitalar, a Entidade sofreu redução na produção física financeira de procedimentos na parte da variável do Contrato do Plano Operativo, por outro lado, embora, com redução do número de internações e outros procedimentos cobertos pela parte fixa do Plano Operativo a SESAB tem mantido sem atrasos o pagamento integral do valor fixo contratado. A Entidade reconhece o alto grau de incerteza quanto ao futuro: se poderá manter o nível de atividade produtiva; seu quadro atual de profissionais; como serão compensadas as reduções das metas contratadas e pagas integralmente.

Quando forem descontadas, os efeitos decorrentes poderão afetar fortemente seus resultados futuros. A Entidade ainda não avaliou os efeitos financeiros e econômicos advindos da perda de validade da MP 927, aguardando medida que regulará os efeitos jurídicos no tempo de sua vigência.

* * *